

Ata da 52ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em treze de agosto de 2013, com início às quatorze horas e trinta e oito minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo Vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso e Walmir Severgnini. Estiveram ausentes os Vereadores: Jorge Menegatti, Pedro Martendal e Vanderlei Augusto da Silva, que justificaram através de ofício. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, o Senhor Presidente dando por aberta a presente sessão, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício nº 041/2013 do Vereador Nei H. Haveroth, pedindo para desconsiderar o ofício nº 40/2013 onde informava sua ausência na sessão na data de hoje, Ofício nº. 202/2013 do Vereador Vanderlei Augusto da Silva informando que não estará presente na Sessão a ser realizada nesta data, Ofício nº. 092/2013 do Vereador Pedro Martendal, informando sua ausência na Sessão a ser realizada na data de hoje, Pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº. 15/2013 e ao Projeto de Lei nº. 162/2013, Parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor ao projeto de Lei nº. 140/2013, Projetos de Lei nºs 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169 e 170/2013, Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2013, Requerimento nº. 206, 207, 208, 213, 214 e 215/2013, Indicações dos senhores Vereadores nºs 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055 e 1056/2013, Parecer favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 162/2013, Ofício nº. 343/2013 do Executivo onde pede aprovação de Decreto Legislativo autorizando o senhor Prefeito a ausentar-se país, Ofício nº 390/2013 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 187/2013, Ofício nº. 391/2013 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 192/2013, Ofício nº. 392/2013 da SEAJUR em resposta ao Requerimento nº. 188/2013, sete ofícios do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos ao Município de Cascavel, Ofício nº. 195/2013 do CIEE, Ofício da SEAJUR nº. 394/2013 em resposta ao Requerimento nº. 205/2013, Inscritos para falar no grande expediente, Vereadores: Paulo Bebber, Rui Capelão, Paulo Porto, Marcio Pacheco, Romulo Quintino e Claudio Gaitero. Finda que está á leitura da matéria de expediente o senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA A ORDEM DO DIA** - não havendo manifestações o senhor Presidente passou para a **ORDEM DO DIA** - Em discussão e votação as atas da 49ª e 50ª Sessões Ordinárias, realizadas nos dias 5 e 6 de agosto de 2013, não havendo manifestações foram aprovadas pela totalidade de votos dos presentes. Em única discussão e votação o Requerimento nº. 215/2013, que pede urgência na deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade dos Vereadores presentes. **(Ofício nº. 32/2-13 da CPI, onde o Presidente Vereador Claudio Gaitero, pede na integra a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 7/2013)**. Em única discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº. 7/2013. Usaram da palavra os Vereadores: Gugu Bueno e Paulo Bebber. E não havendo mais manifestações foi aprovado pela totalidade dos Vereadores presentes. Presidente: Em única discussão e votação o Projeto de Resolução nº 15 de 2013, de autoria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito: Presidente: Claudio Gaitero do PSL; relator Paulo Porto do PCdoB e terceiro membro: Paulo Bebber do PR, “Determina o arquivamento do inquérito realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo requerimento nº 26 de 2013, conhecida como CPI das Pedras”, em discussão: Vereador Paulo Porto: Com a palavra, presidente. Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Porto. Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa Diretora, boa tarde a plenária, boa tarde aos vereadores. Hoje terminamos. É o capítulo final da chamada CPI das Pedras. É a última página desta história. Vale lembrar que ela nasceu há aproximadamente quatro meses e meio atrás, fruto das denúncias da imprensa de Cascavel, em relação a uma suposta retirada irregular de pedras na BR 163, cujo o destino seria o aeroporto. A partir destas denúncias

contundentes, de que estavam sendo retiradas na calada da noite, esta Casa por unanimidade, ela convocou na época o vice-prefeito, então secretário de obras, para esclarecer as dúvidas possíveis. Ele veio a esta Casa e para nossa surpresa houve uma confissão de um ato irregular, ou seja, perguntado se havia qualquer tipo de autorização para a retirada das pedras, ele falou que, não. Não havia, e, não deixou outra saída para esta Casa a não ser criar a CPI das Pedras, como a imprensa acostumou chamar, no sentido de discutir o que realmente aconteceu. E, eu fui o seu relator. Claudio Gaitero seu presidente, Paulo Bebber, membro. E na época que eu assumi a relatoria, eu lembro que a principal pergunta que eu ouvia da imprensa, da população: - é não vai dar em nada, vai terminar em pizza. Ao que eu falava de maneira recorrente, o que depender deste relator será contundente e será conclusiva. Contundente nos encaminhamentos se houver irregularidades, apontando os encaminhamentos de maneira rigorosa. E conclusiva, encaminhando o que se deveria fazer. E eu produzi um relatório, entendo que contundente e conclusivo e solidamente argumentado juridicamente, que tinha alguns encaminhamentos, quais encaminhamentos? Primeiro a abertura de uma comissão processante nesta Casa com a prerrogativa de cassar ou não o vice prefeito, porque nós entendíamos que tinha irregularidades, sim. Aponto improbidade e peculato. Segundo: encaminhar para o Ministério Público. Eu particularmente entendo que toda a CPI deve terminar no Ministério Público, que é mais um braço da investigação. E terceiro: abrir uma sindicância junto ao Executivo para ver o que aconteceu, coisa que estranhamente até agora não houve; já provadas as irregularidades. Para minha surpresa o relatório foi rejeitado, por dois a um. E nós estamos votando agora a resolução que arquiva este relatório. Esta resolução teve três argumentos centrais: primeiro: não houve dolo, o que é verdade; segundo: é de um bem público para outro bem público e, não haveria problema nenhum e, terceiro: meu predileto, a BR é uma questão federal e nós do legislativo municipal não podemos fiscalizar algo que ocorreu numa entidade federal. Bom! Vamos aos argumentos: - Não haver dolo: não houve dolo é verdade. Eu estou certo disto. Agora, não haver dolo não exime da culpa. É um argumento frágil juridicamente. Para exemplificar: eu vou usar o que o Presidente Lula costuma usar quando ele quer se fazer entender; exemplo futebolístico. Nós estamos jogando bola, a bola é alçada na área e o zagueiro faz um gol contra, tentando com boa intenção jogar para escanteio. É gol, gol contra, não é invalidado!, mas foi sem querer. É gol contra! Não interessa, o resultado é o que interessa é, gol. - A questão não é se ele tinha dolo ou não, se é legal ou ilegal, não existe mais ou menos legal. Ou é legal ou é ilegal. É como naquela música – ninguém esta mais ou menos grávida, ou está grávida ou não está grávida. Nós entendemos que houve improbidade. Houve irregularidade, sim, independente do dolo. O desvio de material foi de um bem público para outro bem público, argumento frágil! Por exemplo, vamos imaginar, que um professor, um diretor, de uma CEMEI, ele resolve e ele vai na Prefeitura pagar o IPTU e, pagando o IPTU ele vê que existem 3 computadores de última geração, encaixotados, e que não estão sendo utilizados. Ele resolve, porque ele não tem computador e porque tem pouco computador no CEMEI, resolve vir na madrugada sem avisar ninguém, sem autorização, pegar os 3 computadores. Não tem dolo, para poder colaborar na matrícula dos alunos. Aí, no dia seguinte amanhece o dia, a Prefeitura enlouquecida, sumiu 3 computadores. Chama a polícia e faz um BO, como o DENIT fez um BO. Faz um BO e chegam nas investigações na sala deste secretário, deste diretor de escola. E encontram 3 computadores patrimoniados. E ele vai falar: parem com isto, é de um bem público para outro bem público; não há problema. É claro, que há problema! Eu duvido que este servidor fosse elogiado pelo chefe do Executivo. - E o terceiro, o meu predileto: é que é uma área federal, então, não é problema do legislativo municipal. Companheiros, se o executivo de Cascavel fizer mal feito na lua, nós temos que investigar porque o protagonista é o Executivo de Cascavel. Abrir mão da prerrogativa fundamental e sagrada que é de fiscalizar o executivo. Por tudo isto, eu peço voto contrário à resolução. Eu acho uma resolução equivocada. Voto contrário sabendo que não passará este voto contrário, sabendo que nós somos minoria. Sabendo que pela força política, pela força bruta das relações políticas, não passará. Mas, eu queria deixar claro, que a derrota do meu relatório, a derrota ou a vitória da resolução, não é uma derrota do Paulo Porto

ou do meu mandato. É uma derrota desta Casa, porque abrir mão da prerrogativa fundamental que é fiscalizar o executivo de maneira rigorosa, eu entendo que é um equívoco esta resolução. Eu serei breve, eu termino aqui a minha explanação, pedindo voto contrário com a certeza de que eu não serei atendido. Muito obrigado, Presidente, era isto o que eu tinha. Vereador Paulo Bebber: Peço a palavra, senhor presidente. Presidente: Com a palavra, o vereador Paulo Bebber. Vereador Paulo Bebber: Mais uma vez, boa tarde a todos e a todas: a imprensa, as pessoas que nos acompanham. Passamos aqui, durante mais de 3 meses, investigando o que seria chamado e conhecido, popularmente em Cascavel, de CPI das Pedras. Trabalho onde ouvi muitas pessoas, testemunhas, e que chegamos no momento de conclusão. No momento de conclusão do Paulo Porto, onde ele fez o relatório, ele omitiu o que para mim é muito importante, e eu volto a frisar: que era a quantidade do material retirado de um lugar e colocado em outro. E, é bom lembrar que são dois órgãos federais, tirou de um órgão federal e colocou em outro órgão federal. Teve aqui, o nosso vice-prefeito, o Maurício e ele disse aqui, que ele tinha sim, uma promessa de autorização; e ele, se ele cometeu algum equívoco ele adiantou o trabalho, e este trabalho foi executado. Nós temos um laudo muito claro que é da nossa, da nossa funcionária, concursada e ela é arquiteta; muito bem elaborado, e onde diz que o percentual de diferença é insignificante, que não dá meia carga de um caminhão truck. E eu com estes encaminhamentos todos, eu, pela omissão do Paulo, (que para mim a quantidade de material era muito importante); eu votei contrário. Eu votei contrário, o Claudio Gaitero também, votou contrário; e aí este relatório dele foi rejeitado. Eu votei em separado, eu fiz um documento, e neste documento eu peço o arquivamento da CPI das Pedras. Eis que logo depois, passado alguns dias ali, outro dia dizendo que o meu voto em separado não servia para nada. Ele serve, foi ele que pediu o arquivamento. O relatório do Paulo Porto não pede o arquivamento de nada, então o relatório que vamos estar votando hoje em função do pedido de arquivamento da CPI, sim. E eu peço o arquivamento por entender que, houve omissão e não teve nenhum prejuízo para o erário público de Cascavel. E eu estranhei hoje, e eu falei tem tantas situações aqui, será que eu estou na mesma cidade? Tem momentos que você acaba se confundindo com o que está acontecendo, Eu estou assistindo o Jornal da Rede Globo ao meio-dia, e é bom colocar que é da Rede Globo, e aí diz que Cascavel está votando pela cassação do Edgar Bueno. Falei, mas eu não estou sabendo. Então, eu estou em outro país, em outro mundo, daí vim ver aqui no relatório do Paulo, fiquei preocupado porque a leitura que eu fiz do relatório do Paulo Porto em nenhum instante pediu a cassação do Edgar; e eis que também não tinha. Então, na verdade, existe muita sacanagem e a gente é vítima de sacanagem. Por exemplo; na mesma matéria da Rede Globo de Televisão diz que eu e o Claudio Gaitero fizemos uma manobra aqui, nesta Casa. Que manobra é esta? Trabalhamos na integra, cumprimos o nosso horário, fizemos de tudo que é coisa que era necessário. Esta Casa não se furtou de nada, e esta é a realidade. E eu vou pedir agora, ao meu colega, Claudio Gaitero que foi o presidente desta CPI para que se ele autorizar, em conjunto a gente vai fazer a sacanagem hoje. E seja qual for o resultado, nós vamos levar para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual não só o relatório rejeitado, Paulo Porto, toda a documentação existente nesta Casa que durou durante todo este tempo. Então, na verdade, sacanagem não teve, não. O que esta acontecendo é algumas desinformações. As pessoas não estão sabendo o que esta acontecendo nesta Casa de Leis, ou esta no papel e eu consigo ler de uma maneira e outros conseguem ler de outra maneira. A menina da Rede Globo disse que: nós estaríamos votando hoje, a cassação do Edgar Bueno. Então, na verdade, a vida nossa aqui não é fácil não. Peço o voto para o arquivamento desta CPI, sim. Por entender que nós cumprimos um trabalho importante e não teve nenhuma, não teve nenhuma sacanagem com relação a furto ou desvio de objeto maior, que eram as pedras. E digo mais, está saindo por determinação do DENIT, por pedido do DENIT foi feito um boletim de ocorrência na Polícia Federal, e a Polícia Federal com o Ministério Público Federal também está investigando. Nós fizemos a nossa parte. Eu tenho aqui, Claudio Gaitero, a consciência plena, de que fizemos bem. Obrigado. Vereador Claudio Gaitero: Peço a palavra, senhor Presidente. Presidente: Com a palavra o vereador Claudio Gaitero. Vereador Claudio Gaitero: Boa tarde,

senhor Presidente, boa tarde senhores vereadores. Cumprimentar toda a plateia. É CPI das Pedras, então vale lembrar aqui, que hoje nós não estamos votando a cassação de nenhum prefeito, de nenhum vice-prefeito; mas, nós estamos votando aqui sim, a rejeição de um relatório aonde nos foi apresentado aí pelo nobre vereador, Paulo Porto, no dia 02 de julho. No dia 13 de março fui indicado para presidir a CPI das Pedras, juntamente com os vereadores: Paulo Porto, relator e Paulo Bebber, membro. Imediatamente começamos os trabalhos. Ficou definido por todos os membros o envio dos ofícios: solicitando a secretária *ad hoc*, assessor jurídico, engenheiro para fazer o levantamento quantitativo dos materiais retirados da BR 163 e colocados no aeroporto municipal. Fizemos então, esta solicitação ao presidente, aonde prá mim seria o ponto mais fundamental desta CPI que era realmente provar que a retirada do material havia acontecido na BR 163 e que se seria colocado posteriormente no aeroporto municipal. Emitimos diversos ofícios: a Prefeitura de Cascavel, a Prefeitura de Santa Helena, DENIT, Sociedade Rural, emissoras de rádio e tv's e também, ao nosso presidente da Câmara. É bom deixar registrado que nós tivemos algumas dificuldades dentro da CPI, por exemplo: a demora na designação de um advogado, para assessorar a CPI, aonde foi nomeado 40 dias após a instalação; onde causou alguns constrangimentos para os membros da CPI e também, para aquelas pessoas, 4 depoentes que fizeram o seu depoimento e que depois tiveram que retornar a Câmara para refazer os depoimentos; em função de que nós não estávamos orientados aí pelo Jurídico, apesar de termos aí um assessor do diretor técnico da Câmara, mesmo não estando designado para acompanhar os trabalhos da CPI, ele nos auxiliou aí muito bem, nos trabalhos da Câmara, da CPI, melhor dizendo. Na reunião agora recente, dia 07.08. também, notamos a ausência deste advogado, do Dr. Kleber, que tinha sido nomeado 43 dias após o início da CPI; aí fomos informados pela imprensa de que o mesmo havia sido exonerado no dia 31.07. Fato este, que eu pedi para que fosse registrado em ata. Também, nós tivemos uma dificuldade na demora na contratação da arquiteta trinta dias após o início, aonde por algumas vezes na reunião a gente comentou juntamente com o Paulo Porto, o Paulo Bebber que nós possivelmente nós interromperíamos a CPI, em função do atraso na contratação desta engenheira. No dia 02 de julho foi nos apresentado então, pelo nobre relator Senhor Paulo Porto um relatório para votação pela Comissão, onde foi marcado para uma reunião no início de agosto. Na data do dia 07 de agosto agora, este relatório foi rejeitado pela maioria dos membros da CPI pelos seguintes motivos: falhas contundentes do relatório. O nobre vereador, Paulo Porto, fez constar apenas dezoito oitivas, quando na realidade foram dezenove. Então, cabe aqui uma pergunta, por que deixou fora uma oitiva? Sendo que foram ouvidas 19 pessoas e constou no relatório dele somente 18. Não constou ofício número 022/13 da Sociedade Rural, no qual faz presente aqui o nosso colega, amigo presidente, Hermes Oliva, aonde ele respondeu afirmativamente que as afirmações do caseiro eram inverídicas. O caseiro que fez o depoimento aqui, disse que viu os caminhões entrando na Sociedade Rural, descarregando as pedras lá dentro da Expovel, e no relatório do nobre vereador, Paulo Porto não fez constar este ofício da Sociedade Rural. E também, o fato da existência deste ofício originou-se um boletim de ocorrência na 15ª Divisão Policial Cascavel pelos interessados. A falha que eu considere mais grotesca, que foi levantada também, pelo nobre vereador Paulo Bebber, o nosso relator omitiu, omitiu o relatório da arquiteta Cássia, contratada e designada pela presidência desta Casa para acompanhar os trabalhos, para fazer o levantamento da quantidade dos materiais lá. Aonde esta arquiteta, ela constatou que praticamente 100% do material retirado foram colocados no aeroporto municipal. Aliás diga-se de passagem dois imóveis pertencentes a União. Repito, para mim, era um dos principais motivos da CPI era para apurar se realmente 100% do material saiu lá da BR 163 e veio para o aeroporto. E isto ficou comprovado no relatório da arquiteta Cássia. Existe fragrante invasão de competência de poderes, onde o relator, nobre vereador Paulo Porto, praticamente define as punições e os crimes que cada um dos investigados cometeu, ferindo os preceitos constitucionais; pois já existe na Polícia Federal um inquérito policial 165/13, onde a Polícia Federal já está fazendo o levantamento, inclusive a CPI prestou esclarecimento a Polícia Federal. Ora, pedir um processo de abertura de cassação pela Câmara pelo fato do

Senhor Maurício Theodoro ter cometido improbidade administrativa; falado inclusive, aqui hoje na tribuna, pelo nobre vereador Paulo Porto. No decreto 201/67 diz que improbidade administrativa é abre aspas: “Apropriar-se de bens, ou rendas públicas ou desviá-la em proveito próprio ou alheio” E eu pergunto aos senhores: ele se apropriou de algum bem público? Desviou para alguma fazenda, enfim? Esta constatado nos autos, nas quase 400 páginas que nós trabalhamos em cima, que não houve nenhum proveito próprio, o Sr. Maurício se apropriou das pedras? Nós sabemos que não. Uma grande pergunta: Houve desvio de material? Também não houve. O município teve prejuízo? Não teve prejuízo. É de competência da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do DENIT, fazer esta investigação, a respeito desta retirada de material ali da BR 163, que é um bem da União. Para isto então, senhor Presidente, senhores vereadores eu peço voto favorável a Resolução 015, em função de que nós, ao contrário do que o nobre vereador Paulo Porto, falou que esta Casa sai desgastada, pode ter a certeza de que nós não sairemos daqui desgastados não, viu Paulo Porto? Porque você levou lá para o Ministério Público somente o teu relatório. Eu quero dizer que nós juntamente com o vereador Paulo Bebber, levaremos o teu relatório, o voto em separado, que chamaram aí de relatório, mas não é; é voto em separado que é uma justificativa do nosso voto. Nós levaremos o seu relatório, o voto em separado e toda a documentação, são quase 400 paginas para o Ministério Público no dia de manhã. O ofício já está assinado. Amanhã nós estaremos entregando ao Ministério Público de Cascavel, o Doutor Sérgio Machado para que tome conhecimento dos fatos. Então prá isto, para finalizar eu gostaria de pedir então o voto favorável a esta Resolução 015. Muito obrigado, era isto o que eu tinha. Presidente: Com a palavra o vereador Gugu Bueno. Vereador Gugu Bueno: Presidente, o uso da tribuna neste momento, após ouvir atentamente por uma questão de preferência os membros da CPI que trabalharam em cima destas informações, que apuraram o caso em tela nestes últimos 3 meses. Venho a esta tribuna até na condição de líder do governo municipal nesta Casa, porque eu acho que é bom a gente ponderar algumas coisas, para as coisas não ficarem mal ditas. Mal ditas no sentido de mal ditas, mal faladas. Meu amigo Paulo Porto, você, Vossa Excelência sabe muito bem do respeito que tenho por este vereador, pela pessoa que é, pela sua carreira acadêmica, acima de tudo pela forma com que Vossa Excelência conduz este mandato popular; mas neste caso, como amigo lhe digo que acho que Vossa Excelência exagerou, exagerou e exagerou muito; ao pedir a cassação do vice- prefeito de Cascavel, Maurício Theodoro. Mas, analisando atentamente assim como fiz, o seu relatório, se você, se Vossa Excelência, me dizer que relatou os fatos daquela maneira por um sentimento que é amargo e doído, que é o sentimento de derrota nas urnas, eu direi a Vossa Excelência que entendo o seu relatório, porque perder as eleições de fato é dolorido, é ruim, a gente fica angustiado, mas o tempo passa. Agora, se for este o seu sentimento que motivou este seu relatório, eu posso lhe dizer também, que este não é o melhor caminho, até porque Vossa Excelência faz parte do PCdoB, Partido Comunista do Brasil e teve com certeza muitos camaradas que perderam a sua vida lutando pela democracia na história recente deste país. E o que é a democracia? A democracia é você respeitar a vontade popular. E a vontade do povo de Cascavel, queiram alguns ou não, vontade esta expressada em 28 de outubro do ano passado, por 88 mil 827 cascavelenses que foram a urna e deram a vitória e o direito de governar esta cidade pelos próximos quatro anos ao Prefeito Edgar Bueno e ao seu vice, Maurício Theodoro. Esta é a vontade que vem da democracia, esta é a vontade que veio das urnas e é a vontade que nós devemos respeitar, nestes quatro anos. Agora, se Vossa Excelência, e eu acredito que seja este o caso me dizer, Gugu, vereador, não foi movido por este sentimento que eu fiz este relatório. Fiz este relatório porque eu realmente acho que, devemos cassar o mandato dado pelo povo de Cascavel, devemos cassar o mandato do vice-prefeito Maurício Theodoro porque ele retirou as pedras da BR abandonada e colocou no aeroporto, aí eu vou dizer a Vossa Excelência que isto é um absurdo. É um absurdo. Atentai bem meus amigos, nosso amigo da FUNAI que veio lá de Curitiba, e talvez não esteja entendendo direito esta historia, do que anda ocorrendo aqui em Cascavel. O que eles querem é cassar, retirar o mandato dado pelo povo de Cascavel, por quê? Porque o vice-prefeito, em tese, teria retirado uma quantidade de pedras da BR

abandonada. BR que se perderia no tempo, assim como “n” trechos que tem daqui a Curitiba, dinheiro público, dinheiro do patrimônio público dos brasileiros, dos cascavelenses, dos paranaenses se perdendo ao tempo. Tirou deste pedaço desativado da BR utilizou no aeroporto naqueles tempos de Show Rural, um evento que leva o nome de Cascavel para o mundo inteiro e gera riquezas incontáveis para nossa economia. Foi isto, que em tese, ele teria feito. Havia um grande questionamento, e o vereador Paulo Bebber lembrou muito bem, que era uma questão de quantidade. Era uma preocupação de todos nós, até porque tivemos durante o trâmite da CPI um depoimento que causou alvoroço e, levou alguns a euforia, que foi quando aquele senhor, que me falha agora, Sr. Silvino, pré chacreiro de uma chácara ali perto da Sociedade Rural disse que via caminhões descarregando pedras que tinham sido retiradas da BR, ou seja, havia aí sim, um desvio. Isto sim, preocupante, isto sim, um crime. Foi apurado, laudo, de uma arquiteta engenheira que constatou que não, que exatamente a quantidade de pedra tirada da BR foram as quantidades de pedras colocadas no aeroporto; portanto meu caro amigo, vereador Paulo Porto, eu acho que esta Casa não foge do seu papel, porque ela investigou, ela concluiu, ela chegou a conclusão de que: as pedras, exatamente as pedras tiradas do aeroporto, da Br, foram colocadas no aeroporto. Vocês investigaram, vocês trabalharam, vocês ouviram centena de pessoas nesta Casa; agora, nós não podemos concordar com o pedido de cassação de um mandato popular, dado pelo povo de Cascavel, do vice prefeito, Mauricio Theodoro. Só prá ficar claro, o que nós estamos votando hoje. O vereador Paulo Porto apresentou este relatório, aonde ele chegou a esta conclusão, que deveríamos retirar este mandato do vice- prefeito Maurício Theodoro. Os outros dois membros, com base nas mesmas informações, acharam por bem que não, que não era o caso de uma cassação e, por isto e por outras falhas já levantadas pelo presidente e pelo membro, Paulo Bebber, acharam por bem rejeitar este relatório. E, eu por uma questão de respeito pelo trabalho da CPI, pelo respeito que tenho pela seriedade dos três membros desta Comissão e também, acima de tudo por entender que o vice-prefeito, Mauricio Theodoro, não merece ser cassado por ter tirado pedras da BR e colocado no aeroporto é que, eu encaminho voto favorável a este projeto de resolução, Presidente. Obrigado. Presidente: Com a palavra o vereador, Luiz Frare. Vereador Luiz Frare: Boa tarde senhor presidente, nobres pares, distinta plateia. Vou ser rápido, apenas deixar registrado o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a CPI das pedrinhas. E, dizer que ao contrário do que muita gente pensa, o voto em separado do vereador Paulo Bebber não foi um relatório em separado. Foi um relato do voto em separado, o que confundiu muita gente, através da imprensa dizendo que: era o relatório separado. Não foi relatório em separado foi o relato de um voto em separado. E este voto em separado está aqui, e não vai ser aprovado, e apreciado, não! Vai ser apreciado, o relatório do vereador Paulo Porto. E uma coisa que nos chama atenção é que dentre as grandes conquistas desta CPI, da elucidação de todos os fatos e, principalmente: tirar de uma vez por todas a dúvida, prá onde foram as pedrinhas? esta aí, no relatório da CPI, está aí no próprio voto em separado, no voto é, no relatório principal não está. Mas, aí vem uma grande questão, ela serviu sim, dentre outras coisas para alertar alguns deputados federais que estão se movimentando no sentido de colocar em lei, o que é que se vai se fazer com as estradas, cujo os desvios foram necessários, por exemplo: na própria 163 daqui a Capitão Leonidas Marques quem viaja vê, que tem dois trechos que foram desviados e estão lá, fazem 20 anos que as pedrinhas estão lá, o asfalto tá lá e prá que é que serve? Quem viaja daqui a Curitiba vê que daqui a Guarapuava tem dois trechos também, desativados, desviados, melhorados, a rodovia e estão lá, prá quê que servem? Não estou aqui, aconselhando a fazer isto diuturnamente, tirar daqui e colocar lá, não! Não, é uma situação que venha, que seja indicada, mas o que eu quero dizer é que pelo menos alertou ao DENIT, as autoridades e aos deputados federais que lá estão em Brasília, no sentido de que regulamentem. Se foi desativado um trecho e não vai servir mais para nada, que pelo menos se utilize aquele material para se fazer outras coisas. Pois não, Paulo. Vereador Paulo Porto: A questão Frare, com todo o respeito que eu tenho por você, que eu acho que bom! (eu não preciso falar isto), a questão não é para onde é que foram só, é como é que foram. A questão

não é para onde os cigarros contrabandeando vão, mas se é contrabando ou não, se é legal ou não. É só isto. Por isto é que eu entendo que tem improbidade, mas respeito a opinião contrária dos nobres vereadores. Vereador Luiz Frare: É só prá enfatizar, que mais cedo ou mais tarde, provavelmente alguém tome a iniciativa de normalizar ou destinar este material que está lá ao longo do tempo, está parado, sem ter serventia nenhuma. Então, era isto o que eu queria dizer. Parabenizar o Presidente da CPI, ao Paulo Porto, ao Paulo Bebber que durante estes três meses fizeram um brilhante trabalho. Pelo menos levantaram e chegaram à conclusão de que: realmente não houve dolo e é isto que importa. E, é isto que está se discutindo aqui, no sentido de punir ou deixar de punir quem quer que seja. Obrigado. Vereador Jorge Bocasanta: Eu peço a palavra, Presidente. Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres companheiros, funcionários da Câmara, plateia que hoje aqui tá muito grande. Então é o seguinte: No primeiro dia assim, nos primeiros dias que surgiram estes boatos desta coisa estranha que foi feita pela Prefeitura de Cascavel eu tomei um assessor e fui lá ver, né? Então é o seguinte: é impossível falar que menos de meia carga de pedras não foram desviadas, ou foram desviadas, por quê? Porque fizeram uma lambança tamanha, lá naquela estrada, colocaram o trator esteira e jogaram prá lá e jogaram pra cá, enfim, eu acho que a principal coisa foi um crime ambiental, bem grande. A outra pergunta, assim que me deixa no ar é o seguinte: uma vez eu comprei uma casa aqui em Cascavel e tive que reformá-la, eu quis trocar o forro. Eu peguei aquele forro e dei para uma pessoa que me pediu. Então, o crime maior que eu acho, que eu acredito é, que a estrada nem pertencia a Cascavel, entendeu? Foram lá, saíram, invadiram, né? Lá em Santa Tereza, no município de Santa Tereza, então uma: não era nossa, entendeu? Isto para mim é uma coisa estranha. A outra coisa que me pergunta é tirou de uma rodovia federal e colocou num outro federal, né? Na realidade ali foi colocado na lateral e ninguém colocou aqui que a garagem do avião do Muffato, lá da Bandeirantes lá... e falaram tanto da Globo; e eles fizeram o quê? Eles colocaram do lado assim, de todo, prá que não fosse ir sujeira em cima do coisa, da pista que sai o avião ali. Lá, isto eu vi tudo. Estava as pedrinhas diferentes, lá. Eu não sou tongo. Outra coisa, por que não pegaram estas mesmas pedras que estavam sobrando, que eu vejo os agricultores, os agricultores aí na cidade, não conseguem tirar a sua produção, né? Não vi. Vi ali, na região em que eu trabalho, o médico trabalhar com o médico, tanta rua sem asfalto, no bairro. (Vereador Romulo: Só um aparte, vereador) Vereador Jorge Bocasanta: Só um minutinho, depois tem seu tempo se quiser meu amigo, Romulo Quintino. Então, por que não pegaram tipo assim, os agricultores que perdem o leite, muitas vezes, as crianças não vão na escola, e por que fazer assim? Aumentar lá assim um pouco as empresa particulares? Me vem também, na minha cabeça, aqui no meu pensamento: o seguinte: a minha rua larga, onde que eu moro, que é asfaltada, eu tenho medo que (...) Vereador Luiz Frare: Pela ordem, Sr. Presidente. Nós estamos discutindo o Projeto de Resolução para votar uma CPI. Agora estamos entrando aí, num assunto de rua, de área particular... Vereador Jorge Bocasanta: Não! Não! Não! Vereador Luiz Frare: Eu acho que o assunto está sendo desfocado. . . . Vereador Jorge Bocasanta: A questão de ordem está sendo desfocada; deixa eu continuar. Quando vocês falaram aqui que tiraram de uma coisa federal para pôr em outra federal, eu posso dar outro exemplo? Isto aí eu não estou fugindo. Se o senhor está achando que eu estou saindo do assunto é porque o senhor não está entendendo, ou não está ouvindo; vamos lavar o ouvido então, porque inteligente o senhor é. Me desculpe, Frare, você sabe que eu gosto, mas não vem falar uma coisa que eu não estou, fugindo da realidade. Não falaram aí, que tiraram de um federal e botaram num federal, então eu estou falando vamos tirar da minha estrada, da minha rua para colocar em outra rua. O que é que foi feito disto aqui? Foi feito um erro, tu tá entendendo? E o vice-prefeito não interessa, se ele for cassado ou não, tá entendendo? Isto aí é secundário, ele deveria simplesmente dizer o quê? Eu não tinha experiência de ter assumido a Prefeitura, assumi em 15 dias, cometi um equívoco e, não vou mais fazer. Não! Veio aqui de topete erguido, e fazendo as coisas como foi. Outra coisa que também, me deixou preocupado assim: e estes funcionários que estavam mandando, eles eram concursados? Eles eram indicados para estar mandando no município ou

nós não temos prefeito? Daí vamos fazer está votação pro Edgar ficar 2 dias, lá no Paraguai?, Que fique dois anos! Entendeu? Que fique dois anos! Então, é tudo isto aqui. Então, a minha preocupação maior, é que eu acho que a gente deve fazer uma coisa séria é o seguinte: é que fomos no município vizinho, utilizamos funcionários de noite, nunca mais vi alguém trabalhar a noite, de madrugada aqui neste município. Se um dia tiver alguém que estão trabalhando das 3 às 7 da manhã, que me avise, que eu quero acordar. Quando eu vou fazer um parto, alguma coisa eu saio e vou lá ver, vou estar acordado mesmo. Então o seguinte: é crime ambiental, fizeram uma lambança, começaram lá da rodovia aonde que não se via pela 277, começaram num lugar lá meio escondido. Escondido, Paulo Beber, porque quando entrei com meu carro lá, eu disse: onde é que estão as pedras? Escondidinho lá trás, não se vê. Então eu acho que foi feito um erro, tu tá entendendo? Eu não sei se precisa cassar ou não, mas eu acho o seguinte: nós como vereador, nós estamos aqui para fiscalizar, tá? Somente para fiscalizar. Prá quê? Prá que isto não se repita. Tá entendendo? Não se repita. Eu não gostaria assim, quando nós do Partido dos Trabalhadores somos aí de invadir as coisas, sabe. Nós não somos de invadir; nós não somos de invadir, entendeu? Não. Me mostre uma fazenda que foi invadida e que não tinha rolo com documento, entendeu? Eu gostaria de saber, entendeu? Então, é isto. Foi feito um erro, esta Câmara não adianta tapar o sol com a peneira; sei que vamos perder. E, eu não me interesse de cassar, ele que não cometa mais estes erros. Que utilize essas máquinas ali prá que, para fazer estradas. Igual diz lá o Casagrande, amigo meu que eu jogo baralho junto com ele. Falou lá no Melissa não tem estrada, porque não vão lá e pegam o resto e leva lá no Melissa, levam lá na minha região, eu tenho votos ali, do Rio São Salvador, Rio do Salto; pararam? Se estão certos então, vamos tirar o resto, entendeu? Então era só isto, eu vou votar contra a resolução porque eu acho que teve boi na linha. E nós vamos com o meu voto, né, sempre digo assim aqui, aquilo que eu falei ontem para o Fernando Winter, temos não só que elogiar o Papa João Paulo II, o Papa Francisco, temos que agir igual a ele. E neste momento prá agir igual a ele, nós temos que votar não pela cassação do homem, mas vamos dar uma chance. Que interesse tem nós cassar o homem? Falar o quê? Prá ele nunca mais cometer estes equívocos, então eu voto com o Paulo Porto, né? E eu gostaria que alguns outros nos acompanhassem. Muito obrigado. Rômulo, por favor, tem dois minutos. Vereador Romulo: Com a palavra, senhor Presidente. Presidente: Quero cumprimentar o que também, nos honra com a presença aqui, o ex-vereador, muito bem votado inclusive, não eleito por uma fatalidade, Paulo Tonin que se encontra na plenária, os nossos cumprimentos, agradecimentos pela presença. Fez mais voto do que eu inclusive, não é, Paulo? Mas, o nosso sistema tem algumas questões que precisam ser reavaliadas aí viu? Meus parabéns aí, pela votação! Quero cumprimentar o Hermes Soliva que é o presidente da Associação Rural do Município de Cascavel. Cumprimento também, o presidente do Partido dos Trabalhadores, Nestor Dalmina, que mais uma vez nos acompanha. Cumprimento também, o Toste que muito recentemente foi eleito democraticamente como presidente do Conselho da Juventude no dia 05 de agosto, dia em que a presidente sancionou o Estatuto da Juventude no Brasil. Aqui também tivemos a eleição do primeiro presidente do Conselho da Juventude em Cascavel e também, acompanhado do militante na cultura urbana na cidade de Cascavel. A todos os nossos cumprimentos especiais pela presença. Com a palavra o vereador Rui Capelão. Vereador Rui Capelão: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência, eu venho a esta tribuna para contribuir um pouco com este relatório, com a análise feita por esta CPI. Uma CPI que eu gostaria de deixar bem claro que quando o vice-prefeito esteve nesta Casa prestando esclarecimentos eu fui enfaticamente favorável a ele pela atitude dele. Eu o defendi, ocupei a palavra, até porque trabalhei muito em obras na COPEL, várias usinas hidrelétricas acompanhando as obras e achei que ele tomou uma decisão bastante importante ao fazer o reaproveitamento daquele material, que nós estamos vendo no dia-a-dia perdendo-se por este Brasil afora, em vários cantos. Portanto, foi elogiável a atitude dele em querer usar este material. Mas, é importante salientar que quando se abre uma CPI tem que haver responsabilidade não só daqueles que fazem a CPI, mas de todos os membros desta Casa têm que vestir a camisa da CPI. E, como eu fui favorável ao vice-

prefeito, eu não era favorável a CPI e, muito menos coloquei o meu nome na CPI. Quem assinou a CPI foram os vereadores: Paulo Humberto Porto Borges do PCdoB; Jorge Bocasanta do PT, o Jorge Menegatti do PSC, o João Paulo de Lima do PSD, Vanderlei Augusto da Silva do PSC, o Jeovane Machado do PSD, o Walmir Severgnini do PSD e o Pedro Marcondes Rio de Lima do PDT Bom! Elogiável a atitude deles porque estes vereadores pediam um maior esclarecimento sobre os fatos e, em razão disto foi aberta a CPI, eu acredito com a concordância da maioria dos vereadores, eu não tenho certeza. Mas me parece que eu fui o único que votei contra, que eu não era favorável. E, portanto esta Casa procedeu a CPI composta pelos vereadores: Claudio Rodrigues, o Paulo Humberto Porto Borges e o Paulo Dileto Bebber. Acompanhei partes da CPI durante o seu desenvolvimento e comecei então, a vestir a camisa pelos maiores esclarecimentos possível, que nós poderíamos ter a respeito deste fato, que criticado muito pela imprensa, a qual eu tenho muito respeito e acredito que havia razões de se levar determinadas críticas pela nossa sociedade organizada. Mas não competia a mim dar qualquer parecer a respeito da CPI. Eu acompanhei o relatório feito pelo vereador Paulo Porto, o qual eu tenho em minhas mãos, e achei interessante as suas conclusões. Porque é claro que todo o relatório tem que ter uma conclusão e o vereador Paulo Porto fez as suas conclusões. E estas conclusões eu até acho que deveriam ser lidas neste plenário, muito embora seja votado contra ou a favor, mas que não se pode enfiar debaixo do tapete as conclusões do secretário. Muito embora os outros, o presidente e o outro membro da CPI não concordasse, e votasse contrário, pedisse o arquivamento; portanto, para que houvesse transparência eu gostaria de pedir ao Presidente da Casa que se me permite, o secretário da CPI leia as conclusões. Para que fique bem claro o que foi colocado nas conclusões do secretário da CPI; pois não podemos sair daqui simplesmente no discurso, temos que sair também, no que está no papel, e isto é fundamental porque até agora só ouvimos discursos prós e contras. Mas, eu acho que ler o relatório, sendo nós os vereadores: favoráveis ou contra, sendo a própria imprensa, os próprios acompanhantes hoje deste fato aqui, favorável ou contra, é uma decisão de cada um, mas era interessante que fosse lido o relatório. Pergunto ao Presidente: se ele permitiria que o vereador Paulo Porto, secretário, lesse a CPI, a conclusão da CPI. Presidente: Vereador, se o senhor tiver e achar que é bastante importante (e, eu entendo até que é) o senhor pode usar do seu tempo para fazer esta leitura, porque o relatório já foi realmente distribuído para todos os vereadores, foi amplamente divulgado pela imprensa, será e está amplamente disposição de todo mundo. Então, se o senhor quiser nos privilegiar aí, com a leitura das conclusões que devem ser poucas linhas, o senhor pode ficar a vontade. Mas realmente, não consta no regimento está possibilidade de leitura do relatório, nestas circunstâncias. Vereador Rui Capelão: Na realidade eu não sei se daria tempo para mim ler todo o relatório. Mas, eu entendo que as conclusões do relator aqui, são bastante contundentes e muito bem claras e, que deveriam ser lidas para que os próprios vereadores cheguem a uma conclusão: se isto é real ou não é real. Porque votar um relatório com pedido de arquivamento, sem ser feito o encaminhamento de uma forma mais clara, mais absoluta, fica um pouco difícil. Eu, por exemplo, não posso me recusar a votar. Eu tenho que dar o meu voto e sem que os demais vereadores, e talvez a nossa assistência tivesse bom esclarecimento sobre o relatório. Nós estamos fazendo um ato público, teriam que todos saber o que o secretário colocou, até porque os dois vereadores que não concordaram são da base do prefeito. Então, são dois da base e um da oposição, portanto isto é que ficaria bem mais claro para que nós tivéssemos também, clareza no nosso trabalho dentro desta Casa. Vereador Claudio Gaitero: Uma questão de ordem, senhor presidente. Na resolução (,,) Vereador Rui Capelão: Vereador, eu acho que o senhor não precisaria pedir pela questão de ordem. Poderia me pedir aparte, já que sou eu, quem estou com a palavra. Vereador Claudio Gaitero: Mas, é uma questão de ordem. Não é sobre o seu assunto. Vereador Rui Capelão: Então, o senhor desculpe e depois o senhor pede a questão de ordem. Depois que eu concluir, já que não é sobre o assunto. Vereador Claudio Gaitero: Desculpe, se o presidente conceder a questão de ordem (...) Presidente: Só um segundo, vereador. Pois não, vereador prossiga. Vereador Claudio Gaitero: No nosso regimento interno, no artigo 52, parágrafo 7º, ele é bem claro:

Concluindo a Comissão por um relatório; distribuir-se-á cópias a todos os vereadores e isto, este vereador como presidente, o Paulo Bebber como membro, nós distribuimos já na 6ª feira cópia para todos os vereadores da Casa, da base ou não. Bom! Muito obrigado. Presidente: O senhor tem um minuto há mais para falar do seu tempo, vereador. Prossiga, por gentileza. Vereador Rui Capelão: Pois não. Gostaria de dizer que isto é que esclarece, mas não diz que é proibido ler o relatório ou a conclusão, vereador. Era isto que era importante que o senhor entendesse. E que eu gostaria que fosse, porque vai saber ao sair daqui, todo este pessoal sem conhecimento dos fatos colocado pelo vereador Paulo Bebber, relator; por isto, eu muito embora fosse contrário a CPI não me sinto a vontade (..) Vereador Jorge Bocasanta: Me permite um aparte, vereador. Vereador Rui Capelão: Pois não. Vereador Jorge Bocasanta: Aqui parece que uns tem a voz, o voto e o domínio da Câmara inteira. E nós só o silêncio. Porque a toda hora que a gente quer falar, enquanto eles falaram nós burro velho abaixamos a orelha e quando os burros novos entram prá falar eles não tentam deixar. Mas, eu acho que você tem todo o direito, o senhor tem todo o direito de ler e de usar a tribuna do jeito que o senhor quiser. Que o voto deles é o mesmo voto. Obrigado. Vereador Rui Capelão: Obrigado pela contribuição, vereador. Realmente a gente entende o que vossa excelência falou. É claro que eu não abaixei a orelha e por esta razão estou aqui nesta tribuna, cobrando uma transparência melhor. Mas, eu acho que na verdade o caminho disto aqui vai ficar devendo como outras CPI's que foram arquivadas, vai ficar devendo melhores esclarecimentos e informações a nossa sociedade cascavelense. Muito obrigado. Vereador Romulo: Peço a palavra, senhor Presidente. Presidente: Com a palavra o vereador Romulo Quintino. Vereador Romulo: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, a imprensa que mais uma vez cumpre com o seu papel estando conosco. Quero cumprimentar especialmente, alguns presidentes das associações de moradores da região sul da Cidade que, vieram prestigiar hoje a fala do representante da FUNAI. O Sr. Ezair do Conselho Comunitário; o Osmar Pelicoli lá do Manobral Madeiras do São Francisco e também, a Sandra da Faculdade. A cada dia que passa cresce a minha admiração pelo vereador Jorge Bocasanta, porque o vereador Jorge é uma pessoa de muito bom coração, ainda que se equivocou agora, dizendo que não dava a palavra, que nós não estávamos dando a palavra. O senhor me negou a palavra antes, mas isto é à parte, é à parte, né, da nossa discussão. Mas, vereador Bocasanta eu digo isto, sem nenhum pinga de falsidade ou demagogia é uma pessoa de grande coração, um amigo particular. Importante que se diga, nós estamos numa discussão parlamentar prá onde existe oposição, existe base e, jamais a falta de respeito. Então eu quero enfatizar o meu respeito pelo Doutor Jorge Bocasanta e acatar também, as sugestões do companheiro Jorge Bocasanta e pedir o agora, Departamento Nacional a cessão das pedras para nós colocarmos nas estradas rurais, vamos trabalhar neste sentido, então, documentalmente junto ao Governo Federal. E também, acatar a sugestão do vereador Jorge Bocasanta de não levarmos a cabo o relatório formulado pelo vereador Paulo Porto. Nós estamos aqui há 08 meses, um pouco menos e neste período de tempos nós vamos aprendendo muita coisa. Vamos aprendendo que as coisas não são como queremos. (Cumprimentar também, o Paulo Tonim, meu vizinho. Alegria, Paulo em revê-lo). As coisas não são como queremos, não acontecem ao tempo que desejamos e de alguma maneira isto causa-nos algum tipo de frustração natural, porque a grande maioria que aqui estamos, viemos da iniciativa privada e quando nós desejamos fazer alguma coisa, nós simplesmente fazemos, fazemos e está feito. E no Poder Público para nós que é a primeira experiência, as coisas infelizmente não são assim, ainda que haja boa intenção. Neste tempo nós temos aprendido também, que existe maneiras de agradarmos com certa facilidade. O país vive num tempo, numa atmosfera de revolta contra o sistema político, pela sua história, pela história de corrupção, pela história de tanto desvio de verba que nós já vimos noticiado. De maneira J que a revolta é geral, inegável e legítima. E é neste tempo também, que aparecem os discursos fáceis, porque é fácil agradar hoje, um povo na sua grande maioria aqui está com legitimidade em desagrado com o poder político. Nós, enquanto políticos fazer crítica de nós mesmos, acerca daquilo que determinado poder faça. Presidente: Objetividade, senhor vereador. Vereador Romulo: Seria fácil, mas seria

demagógico. Estou fundamentando a palavra, senhor Presidente. Vereador Rui Capelão: Questão de ordem, né, vereador. O Senhor cobrou de mim. Vereador Romulo: Seria demagógico. Vereador Rui Capelão: Bocasanta; Vereador Romulo: Discurso fácil, vereador Rui. Agrada aos ouvidos, mas comete injustiças. Agrada aos ouvidos, mas comete injustiças. E nós não estamos aqui para cometermos injustiças. A Câmara cumpre com o seu papel, a CPI muito especialmente cumpre com o seu papel, no sentido de investigar a CPI das Pedrinhas. Agora investigar não é condenar. A investigação foi feita. E eu quero aqui com muito pesar dizer que, o relatório é tendencioso e político ao mesmo tempo, desde o seu início. Vereador Paulo Porto: Peço um aparte, senhor vereador. Vereador Romulo: Vereador relator, Paulo, com muita satisfação eu lhe dou o aparte. Assim que eu completar aqui. O vereador relator, como bem disse o líder do governo aqui no início da sua fala, ele vem com posicionamento político trazendo a reboque, uma espécie de mágoa do período eleitoral que já ficou lá prá trás. Antes da instalação da CPI o posicionamento era um. Após a instalação da CPI o seu posicionamento continuou sendo igual. Findando a CPI o seu posicionamento continuará sendo igual, até o final do ano, até o final do mandato. Seu posicionamento de oposição deve ser este, sem dúvida nenhuma. Mas, nós estamos falando sobre uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está para investigar, não para julgar e nem para colocar aquilo que previamente desejou, ou concluiu o seu próprio pensamento. Falta bom senso. Por que não constou no relatório o levantamento técnico que foi colocado aqui em dúvida, por um dos vereadores? Foi feito um levantamento técnico. As pedras foram tiradas da BR e foram levadas para o aeroporto ponto. Parece que ficou sombra aí de sugestão de ter ido para alguma empresa privada, que eu não acredito. Sugerido pelo vereador Jorge. Parece ou por que quê não constou no questionamento ou no relatório as questões que nós fizemos aqui em plenário? Por que nós vereadores da base, nós fizemos, questionamentos fortes ao vice prefeito, ao secretário de obras, não constou no relatório!. Eu quero dizer que isto mais uma vez mostra tendência de posicionamento no relatório final. Perfeitamente natural, sem nenhum problema. Mas, quero falar que não houve dolo. E enaltecer o posicionamento do vereador Paulo Porto, quando coloca no relatório que não houve dolo. O que é dolo? Dolo é quando alguém tem a intenção de atingir um fim exclusivamente criminoso, para causar dano a outras pessoas. No seu relatório, o vereador diz que não houve dolo. Não houve iniciativa criminosa para prejudicar ninguém. Então, esta é a pessoa do vice-prefeito, Maurício Theodoro, que não estamos aqui para fazer nenhum tipo de corporativismo por pertencer ao mesmo grupo político. Mas, eu também tenho que dizer aos senhores vereadores para pedir o encaminhamento do voto que esta mesma pessoa que merece mais uma chance, como disse o Doutor Jorge Bocasanta que veio aqui, que foi na imprensa, que falou em todos os lugares sem contenção e nem tampouco preocupação em esconder qualquer coisa. Disse tudo aqui, falou tudo na imprensa. Tomou todas as posições elogiáveis, naturais e obrigatórias de um homem público. Mas, eu também, tenho que fazer justiça porque o discurso fácil ele é bom, mas ele traz consigo injustiça. Então, daqui a pouco nós podemos mais uma vez ter aí o desprazer de sofrer algumas ações populares, com os nossos retratos, mas eu coloco a minha cabeça tranquila no travesseiro com a sensação e a certeza de que fizemos justiça. Esta mesma pessoa que, o vereador Jorge Bocasanta sugere que demos mais uma oportunidade; ajudou na articulação junto do Governo do Estado de 4 milhões de Reais, trazido pelo Consórcio de Saúde, 8 milhões de Reais já liberados e que estão sendo colocados no município de Cascavel, estamos falando de articulação feita pela mesma pessoa que com bom senso foi retirar as pedras e colocar no aeroporto. Esta mesma pessoa ajudou na articulação de 8 milhões até fevereiro de 2013, mais 2 milhões agora pro aeroporto. Esta mesma pessoa ajudou na articulação para 3 milhões de Reais liberados para o teatro, o mesmo secretário ajudou na articulação de 29 quilômetros de pedra irregular e 9 poços artesianos, num total de 7 milhões de reais trazidos para o município de Cascavel. Presidente: Por uma questão de ordem, senhor vereador, objetividade, por gentileza. Vereador Romulo: Estou concluindo, senhor Presidente. Esta mesma pessoa, então não houve dolo. Parabéns vereador Paulo Porto pela colocação, porém não podemos dizer que a mesma pessoa de bom grado fez aquilo também, (Prá concluir,

Presidente). Por questão de justiça eu quero encaminhar a votação também, pelo arquivamento da CPI. Obrigado, Presidente. Presidente: Temos aqui presentes também, o Sr. Algacir Portes que é ex-vereador desta Câmara, nossos cumprimentos e agradecimentos pela presença. O vereador Marcos Rios também, conhece tem um carinho especial e também nos honra com a sua presença, o Sr. Nilson que é presidente da Associação de Moradores. (Qual bairro vereador?) do bairro Santa Cruz e também, o Sr. Elias Paulin que também, é líder comunitário daquele mesmo bairro. E também, temos a presença do Zezinho conhecido na cidade de Santa Tereza que é o presidente da Câmara de Vereadores daquela cidade. Está aí o Zezinho? Fica aí também, os nossos agradecimentos a ele pela presença, seja sempre bem-vindo aqui, vereador. Acho que quase para finalizar (...) Vereador Fernando Winter: Peço a palavra, senhor presidente. Presidente: Com a palavra o vereador Fernando Winter. Vereador Fernando Winter: Senhor Presidente, nobres pares, assistência, imprensa local que cobre esta sessão. O vereador Jorge Bocasanta disse que nós temos que votar certo, Correto! Jorge. Eu penso que se a gente votar contra ou pela cassação do vice-prefeito, nobres vereadores, nós vamos cometer uma grande injustiça. Eu faço uma pergunta e, toda a pergunta tem um objetivo. Qual foi a intenção, qual foi a intenção do vice-prefeito, secretário de obras Maurício Theodoro? Era tirar aquelas pedras para terminar e concluir a obra, onde nós estávamos ali, num grande evento que era o Show Rural. Então, nobres pares, a intenção deste secretário e vice-prefeito foi muito boa. Se nós irmos pela cassação ou pedindo contra a resolução, nós vamos cometer uma grande injustiça. Concordo, quando o Jorge diz que temos que votar certo. E um dos registros que eu quero frisar novamente, foi o que o Frare falou, sou favorável ao governo federal que faça uma resolução, Paulo Porto, ou uma autorização para que estas obras, que são muitas obras que estão aí, espalhadas pelo Paraná que não servem para nada. Aquelas pedras, aquele trecho, Rui Capelão, ia ser coberto por terra. Ia ser coberto por terra e assim como essa obra ali muitas outras indo até Curitiba. (...) Vereador Paulo Porto: Peço um aparte, Fernando Winter. Vereador Fernando Winter: Cedo, aparte. Vereador Paulo Porto: Inicialmente, para me defender do Romulo que não meu o aparte, que esqueceu; e para concordar com o Winter. Primeiro: discurso fácil não é possível. Um vereador que defende o comunismo, os índios, o MST neste plenário, discurso fácil, eu sinto muito. Eu creio que eu não tenho discurso fácil nenhum. Ao contrário, e como o Paulo Bebber sempre lembra, eu sou um defensor pela discussão de uma normatização sobre a questão do aborto. Discurso fácil, aonde? Eu só tenho discurso difícil nesta Casa, ainda mais com este plenário. Então, realmente esta acusação não me toca. E eu gostaria de concordar com o Fernando Winter, eu acho isto, eu sou parceiro, ou seja, da possibilidade de a partir dos meios legais a gente pedir a possibilidade de doação destas pedras e de qualquer material inservível para o município. Mas a partir dos meios legais. Isto, eu concordo, com o vereador Fernando Winter. Vereador Fernando Winter: Obrigado, Paulo Porto. Então só para finalizar, senhor presidente, eu quero pedir voto favorável, parabenizar os três membros da CPI, foram 3 a 4 meses aí dedicados, a esta Resolução. Vereador Paulo Bebber: Um aparte, vereador. Vereador Fernando Winter: Pois não. Vereador Paulo Bebber: Eu queria aproveitar o momento e, pedir para o nosso nobre Jorge. O Jorge Bocasanta é uma pessoa muito querida e ele pede o perdão. Se alguém errou é possível uma oportunidade na vida. E você também, tem esta oportunidade hoje doutor, de votar a favor do Mauricio para que a gente consiga realmente fazer o que você pediu em plenário. Obrigado. Vereador Fernando Winter: Só prá finalizar, Senhor Presidente. Talvez, a atitude do nosso vice-prefeito não foi tão política, mas foi mais de empreendedorismo; então eu quero pedir voto favorável. Era isto, senhor Presidente. Obrigado. Presidente: Estamos encaminhando para a parte final e eu também quero fazer algumas considerações. Peço a palavra, senhor vereador. Por gentileza, Frare assuma a presidência. Presidente: Eu já prometo de antemão, que serei breve, até porque na sequência temos ainda o nobre representante da FUNAI. Então, quero cumprimentar a todos agora, como vereador. Cumprimentar também, todos os vereadores. Luiz Frare, que se encontra neste momento na Presidência também, meus cumprimentos. Eu verdadeiramente não faria uso da palavra. Desde o início mantive uma postura de maior isenção, impossível, em relação ao mérito

desta questão que está sendo avaliada, até para que eu pudesse ter legitimidade em todos os atos que eu praticasse como presidente e, tive. Mas, uma fala em especial eu acho que merece as minhas considerações. Eu não vou fazer uma relação de comparação estreita com a palavra lambança, utilizada pelo vereador Jorge Bocasanta, em relação ao decorrer da CPI porque acho que seria injusto, se eu assim fizesse. Mas, que houve uma série de situações que merece as nossas considerações, lá isto merece. Esta CPI já começou tumultuada, não vou entrar no mérito também, aqui da questão, mas havia uma intenção muito forte de que não houvesse nenhum vereador da oposição para falar sobre a questão. E nós tivemos no início uma decisão forte e, mantivemos a custa de recursos inclusive, encaminhados a mim, o qual foi indeferido. Recursos encaminhados a Justiça, o qual teve uma manifestação severa e forte do Ministério Público, e depois a manutenção de nossa decisão, contrária, naturalmente aquele recurso encaminhado a Justiça. E esta CPI se desencadeou e no transcorrer nós percebíamos que por falta, porque dizem que quem fala demais é porque não tem nada a dizer. E por falta do que ter o que dizer, nós percebíamos que havia sempre uma motivação a parte, sempre uma tentativa de mostrar para a opinião pública que havia uma dificuldade, oportunizada pela presidência desta Casa para que esta CPI se encaminhasse com a maior celeridade possível; o que é uma impropriedade, o que é um absurdo. CPI foi concluída no prazo legal, sem nenhum óbice desta Câmara, sem nenhum óbice desta presidência e assim será. Já prometi para esta outra CPI que está começando agora que, terá todo o amparo e sustentação que for necessário, porque a CPI representa a Câmara não representa só os vereadores. E agora não bastando ser colocado num voto em separado que agora se defende que é um voto em separado que não era um relatório; uma outra, um outro capítulo que merece a nossa atenção e que foi sim, inclusive, divulgando amplamente pelo presidente da CPI que era sim, um outro relatório, isto está sim na imprensa. É só buscar lá e eu consigo encontrar nas reportagens, falado que era um outro relatório; teria sido nomeado um outro relator o que é também um absurdo, do ponto de vista regimental. E nós mais uma vez, naturalmente indeferimos esta situação que não procedia. Vereador Claudio Gaitero: Um aparte. Vereador Marcio Pacheco: Só um segundo vereador, na sequência o senhor fala. E hoje, não bastando ser colocado neste voto em separado uma série de situações que não tem nenhum fundo de verdade, eu vejo aqui mais uma vez a impropriedade do vereador Claudio Gaitero, dizendo que faltou um pouco mais de disposição, de celeridade a ser oportunizada por esta presidência. O que pode ter faltado senhores, é um pouco mais de responsabilidade do vereador presidente. O que pode ter faltado é um pouco mais de sensibilidade do vereador-presidente. O que pode ter faltado é um pouco mais de bom senso do vereador-presidente, e talvez até um pouco mais de competência do vereador-presidente; que segundo o que consta nos bastidores não teve condições nem de reescrever este voto em separado. Que o que consta nos bastidores foi escrito e realizado por um servidor que não é mais servidor desta Casa, que foi exonerado por mim no começo do ano. Isto sim, pode ter faltado. Jamais a força de vontade e a oportunidade total de que a CPI se desencadeasse dentro do trâmite legal, e assim aconteceu. Quando foi solicitada a servidora arquiteta, obviamente o vereador Claudio Gaitero não deve conhecer o que significa gerir e administrar o serviço público, que as coisas não acontecem no momento que ele quer, mas acontece no momento em que a lei nos oportuniza que seja feito. E é para não incorrer, talvez segundo o relatório do vereador Paulo Porto que eu não estou dizendo que sou contrário ou favorável. Não estou aqui para tratar da questão do mérito, se o vice-prefeito é culpado, não é culpado. Nunca falei disto e não vou me manifestar sobre isto, até para que eu tenha legitimidade, como disse. Agora, para não entrar na questão do mérito eu preciso realmente falar da questão do trâmite da CPI, que na minha visão transcorreu com toda disposição nossa de fazer com que a CPI transcorresse e foi concluída no prazo, sem nenhum prejuízo para os andamentos. Agora o que foi solicitado; a servidora Cássia, obviamente havia uma dificuldade legal, mas no momento devido foi oportunizado. A questão do advogado também, no momento devido foi perfeitamente oportunizado. Agora, vir falar isto, na minha visão é a tentativa clara de desfocar o rumo das investigações. Nada mais do que isto, encerro o meu pronunciamento e muito obrigado.

Vereador Claudio Gaitero: Felizmente fiquei sem palavra aqui e, pelo regimento interno eu não posso pedir a palavra(...) Vereador Jorge Bocasanta: Por uma questão de ordem.O vereador Claudio Gaitero já falou e também, não pode falar. Uma questão de ordem. Presidente: O senhor já teve dez minutos para falar senhor vereador e teve toda a oportunidade de ficar em silêncio e não se referir a presidência da Câmara, mas foi infeliz nas suas colocações. Eu poderia inclusive, ter falado como presidente, mas vou falar como vereador em respeito ao senhor; mais algum vereador tem disposição para falar sobre este assunto?(Voz ao fundo) Pede a palavra! Pede a palavra! Vereador Robertinho Magalhães: Senhor presidente vou pedir a palavra para passar para o nobre vereador (...). Peço a palavra. Presidente: Pois não, com a palavra o vereador Robertinho Magalhães. Vereador Robertinho Magalhães: Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores, imprensa, nós, todos vocês tem conhecimento sobre esta CPI das Pedras. Nós tivemos contato com esta comissão com o Claudio, presidente; Paulo Porto, relator e Paulo Bebber, membro; aonde estavam acusando o Mauricio Theodoro sobre esta retirada da pedra daquela BR. Esta retirada das pedras (...) Vereador Claudio Gaitero: Um aparte, senhor vereador. Vereador Robertinho: Só um minutinho Estas retirada das pedras como todo mundo sabe, ela não foi levada para uma fazenda ou sítio, ou uma propriedade do vice-prefeito. Ela foi destinada ao aeroporto de Cascavel. Como aqui falaram, foi bem na época em que aqui estava acontecendo o Show Rural, precisaria muito mais rápido para que tivesse concluída aquela obra e assim, foi destinado desta BR estas pedras para o aeroporto. Então não houve dolo. Eu acho que realmente. Vereador Claudio Gaitero; Um aparte Vereador Robertinho: Pois não. Claudio Gaitero: Eu fui citado pelo então, ali na tribuna, vereador Marcio Pacheco, sobre a competência. Eu digo para os senhores o seguinte: só o tempo vai dizer quem é competente, quem não é competente aqui nesta Casa. E quem nomeou a CPI, os membros da CPI foi o presidente da Casa. O voto em separado, ele falou que fui eu quem fiz. Não fui eu, quem fiz o voto em separado. Quem entregou o voto em separado na reunião, foi o nobre vereador, Paulo Bebber. Consta em ata em nenhum momento nós falamos em relatório. Está aqui, em ata (vou ler para os senhores): houve uma suspensão da reunião de 10 minutos para que o vereador Paulo Bebber, protocolasse voto em separado. Está em ata. Isto seria para finalizar, nobre vereador. Obrigado pelo aparte. Vereador Robertinho: Então para concluir, senhor presidente, nobres pares, gostaria de pedir então voto favorável a este projeto de resolução nº 15. Obrigado, senhor presidente. Presidente: Em votação o projeto de resolução nº 15 de 2013 de autoria dos membros da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo o presidente é o vereador Claudio Gaitero do PSL , Paulo Porto do PCdoB, como relator: Paulo Bebber como terceiro membro da CPI que determina o arquivamento do inquérito realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo requerimento 26 de 2013, conhecida como CPI das Pedras. Por votação nominal, por gentileza, proceda senhor secretário. Gugu Bueno: Vereador Cabral: favorável; Claudio Gaitero: favorável, Fernando Winter: favorável; Gugu Bueno: a favor; Jaime Vasatta; favorável; Ganso Sem Limites: a favor; João Paulo: favorável; Jorge Bocasanta: contra; Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães: favorável; Luiz Frare: favorável; Nei Haveroth: favorável; Paulo Bebber: a favor; Paulo Porto: contrário; Marcos Rios: a favor; Pedro Martendal, Romulo Quintino: a favor, Rui Capelão Cardoso: contrário; Vanderlei Augusto da Silva; Walmir Severgnini: favorável. Quatorze votos a favor e três contrários, senhor presidente. Projeto de resolução aprovado. Presidente: Com quatorze votos favoráveis e três contrários está aprovado o projeto de resolução de nº 15 de 2013, arquivando-se assim, a CPI das Pedras. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº. 107/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade de votos dos Vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº. 142/2013. Usou da palavra o Vereador Paulo Bebber. E não havendo mais manifestações foi aprovado pela totalidade de votos dos Vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº. 13/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade de votos dos Vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº. 14/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade de votos. Em única discussão e votação o Ofício nº. 342/2013, onde pede urgência na deliberação

do projeto de Lei nº. 168/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade dos Vereadores presentes. Em única discussão e votação os Requerimentos nºs 206 e 207/2013, não havendo manifestações foram aprovados pela totalidade dos Vereadores presentes. Em única discussão e votação o Requerimento nº. 208/2013. Usaram da palavra os Vereadores: Luiz Frare e Rui Capelão. Em seguida o senhor Secretário procedeu á chamada para votação nominal a pedido do Vereador Gugu Bueno, onde apresentou o seguinte resultado. Rejeitado com 11 votos contrários dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Bebber, Marcos Rios, Romulo Quintino e 6 votos favoráveis dos Vereadores: Jeovane Machado, João Paulo, Jorge Bocasanta, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em única discussão e votação o Requerimento nº. 213/2013, não havendo manifestações foi aprovado pela totalidade de votos dos Vereadores presentes. Finda que está á ordem do dia o senhor Presidente suspendeu a Sessão por cinco minutos. Na sequencia convidou o senhor Edivio Battistelli - Engenheiro Agrônomo da FUNAI, atendendo ao Requerimento nº. 148/2013 do Vereador João Paulo. Após sua explanação ele respondeu a vários questionamentos dos senhores Vereadores e de alguns representantes da comunidade, que falaram diretamente da plateia, sem microfone. Em seguida o senhor Presidente agradeceu a presença do mesmo nesta Casa, e dando continuidade aos trabalhos passou para o **GRANDE EXPEDIENTE** - O Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, mencionando a existência de seis inscrições, sendo a primeira a do vereador Paulo Bebber, que protestou contra atitude da FUNAI que transferiu toda responsabilidade sobre a questão do índio para o município de Cascavel. Defendeu que os índios sejam tratados com o devido respeito, mas cada um no seu lugar. Na sequêcia protestou contra o que ouviu na reportagem da Rede Globo de Televisão, onde teriam dito que ele junto com o vereador Claudio Gaiteiro teriam feito uma “manobra” e estariam cassando o Prefeito Edgar Bueno; o que ele conceituou de muito desagradável. Expressou a intenção de realizar visita ao diretor local da emissora, pedindo providências e retratação. Informou ainda, que na próxima semana viajaria para Brasília, acompanhado do vereador Jaime Vasatta, para alavancar recursos junto aos deputados, num pacto em favor da agricultura; mencionando que mais de 90 entidades constituídas estariam juntas nesta empreitada. Mencionou a solicitação de contribuição individual de 1 milhão e meio para Cascavel, esclarecendo que cada um dos deputados dispõe de dotação anual de 15 milhões daí a chance de obter 7 milhões e meio, com o apoio de apenas cinco dos deputados. Na sequêcia, o Presidente enalteceu toda iniciativa de aportar recursos para Cascavel. Disse ainda, que a Câmara Municipal de Cascavel enfrenta problemas na rubrica orçamentária para viagens, desde o início do ano, mencionando todavia, a possibilidade de pagamento de diárias. Apontou também, a sugestão do vereador Rui Capelão para cobrar ações concretas dos deputados da Região, com presença já confirmada do deputado Alfredo Kaefer para a 2ª feira e do deputado Nelson Padovani na 6ª feira. No prosseguimento, o vereador Paulo Bebber relatou despesas com passagem aérea de R\$ 1.900,00, reiterando o propósito de ir a Brasília, ainda que tivesse que realizar financiamento próprio ou solicitar auxílio de terceiros. Na sequêcia, o presidente concedeu a palavra ao vereador Rui Capelão, próximo inscrito. O vereador leu resposta ao seu ofício, solicitando urgência na construção e instalação da nova sede da 15ª Sub Divisão Policial em Cascavel. Procedeu a leitura do ofício do Secretário de Estado, Sr. César Silvestre, no qual anexava cópia de despacho dando conta de que a área construída seria de 1.530 metros quadrados, com custo aproximado de 4 milhões e 600 mil reais, sendo indispensável porém, a destinação de área de 5.000 metros quadrados por parte do município de Cascavel. A correspondência dizia também, que esta área deveria ser previamente avaliada pelo setor de Infraestrutura da Polícia Civil para atender as especificações do Projeto. Ato contínuo, o vereador Rui Capelão solicitou providências no sentido de disponibilização desta área pública. Considerando o adiantado da hora abriram mão de pronunciamento os vereadores: Paulo Porto, Romulo Quintino, Claudio Gaiteiro e Marcio Pacheco. Em seguida o senhor presidente agradeceu a presença de todos nesta Casa e deu por encerrada a presente sessão às dezoito

horas e dezoito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Kleide Salete Mayer, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário